

Uma renegociação que não exclui outra

Consta que o presidente eleito, sr. Tancredo Neves, incumbiu os membros da comissão que prepara o Plano de Ação Governamental (Copag) de traçar um programa de renegociação da dívida externa observando "condições mínimas de mercado". Deste modo, teria repudiado projetos ambiciosos, que sempre podem ser concebidos pelos economistas, mas certamente não contam com a aprovação dos bancos credores, os quais costumam guiar-se pelas normas do mercado. O mais surpreendente, porém, é talvez o fato de haver a Copag dado prioridade a este assunto, quando se sabe que o sr. Tancredo Neves deseja vê-lo resolvido pelo atual governo.

Na verdade, tudo indica que o presidente eleito está consciente de que, hoje, não é possível ao Brasil sair do quadro das normas fixadas pela renegociação. Não quer isto dizer, entretanto, que não se possa cogitar, no futuro, de soluções novas e originais.

Antes da eleição do sr. Tancredo Neves se insistia, nas hostes dos par-

tidos que o apoiam, na necessidade de repelir qualquer acordo firmado pelo atual governo, por não incluir pedido de novos recursos (*new money*). Como essa queixa parece ter sido relegada há algumas semanas, entende-se que os queixosos acabaram por se convencer de que aquele pedido discrepava das condições do mercado, isto é, que os bancos credores não se dispunham a proporcionar mais crédito ao Brasil, momente destinado a financiar reservas internacionais. Por outro lado, tornou-se evidente que o Brasil poderia prescindir de novos recursos, uma vez que dispõe de reservas razoáveis, ter conseguido um superávit maior do que o previsto na sua balança comercial e tendo, aliás, possibilidade de obter um resultado razoável também em 1985. Finalmente, nota-se que as taxas de juros no mercado internacional estão declinando (em cerca de seis meses, baixaram de 12,75% para 8,75% as da Libor) e que o País pagará este ano um *spread* muito inferior ao do ano passado.

Assim podemos entender a posi-

ção do presidente eleito, que considera que a parte factível, no presente momento, da renegociação pode ser tarefa do atual governo, visto que, hoje, nenhum governo poderia obter condições muito diferentes. No entanto, não quer isto significar que seja inútil elaborar novas propostas para a renegociação da dívida, que poderiam encontrar um clima propício não neste momento, porém mais tarde. O sr. Tancredo Neves está interessado em conhecer as possíveis alternativas vindouras para poder incluí-las na pauta de suas conversações com o chefe do governo do país que é o maior credor do Brasil — os Estados Unidos — e com os dos países latino-americanos que, por serem grandes devedores, estariam interessados em unir-se a fim de pressionar os bancos credores.

As grandes propostas foram apresentadas, do lado brasileiro, pelos srs. Celso Furtado, Carlos Geraldo Langoni e Paulo Pereira Lira, os dois últimos ex-presidentes do Banco Central. Todas as propostas estão ligadas a um sistema de capitaliza-

ção de uma parte das taxas de juros que o Brasil deixaria de pagar para ter mais condições de crescer.

Não há dúvida de que, enquanto se observa que os países devedores estão capacitados a honrar — embora à custa de grandes sacrifícios — seus compromissos externos, não há clima favorável à inovação. No entanto, com isto se subestimam os riscos que decorrem dos sacrifícios demasiado pesados que se exigem dos países devedores. A questão da taxa de juros aloja-se, inegavelmente, no âmago da problemática da renegociação, mas não pode ser discutida pelos próprios bancos, ressalvados alguns casos. Tal questão só pode ser resolvida por meio de uma discussão entre os governos, com a interveniência dos bancos centrais dos bancos credores. O Brasil deve empenhar-se nesse rumo, embora ciente de que ainda não existe clima para obter o resultado pretendido. Mas é preciso deixar claro que a renegociação, na forma em que vem sendo conduzida pelo governo atual, não é incompatível com outra forma de negociação.